

ELEIÇÕES 2022

OBJETIVOS DE GOVERNO

RIO GRANDE DO NORTE - 2023/2026

CAPITÃO STYVENSON

GOVERNADOR

Sumário

Considerações iniciais.....	4
Objetivos.....	6
Otimização da Estrutura Administrativa.....	7
Governadoria.....	9
Central de Compras.....	9
Governo Itinerante.....	9
Aplicação do Teto Constitucional.....	9
Retorno de Servidores Cedidos.....	9
Ouvidoria.....	9
Alterações Legislativas.....	9
Casa Civil.....	10
Captação de Projetos.....	10
Coordenação Política.....	10
Modernização das Leis.....	10
Integração com outros Entes da Federação.....	11
Procuradoria-Geral do Estado.....	11
Reforma da PGE.....	11
Segurança Jurídica.....	11
Subordinação dos Chefes das Assessorias Jurídicas das Pastas.....	11
Transparência e Controle Interno.....	11
Programa de Integridade.....	11
Portal de Transparência.....	12
Lei de Acesso à Informação.....	12
Fiscalização de contratos.....	12
Fiscalização e Controle.....	12
Planejamento, Orçamento e Gestão.....	12
Realocação do Centro Administrativo Estadual.....	12
Desestatização.....	13
Escritório de Projetos.....	13
Plano de Carreira.....	13
Metas de Resultado.....	13
Critérios para Cargos em Comissão e Função de Confiança.....	13
Limites Quantitativos para Servidores Comissionados.....	13
Reforma Estrutura Administrativa.....	14
Reforma da Previdência.....	14
Governo Digital.....	14
Central de Monitoramento.....	14
Rede Privativa de Serviços Públicos.....	14
Fazenda.....	14
Responsabilidade Fiscal.....	14
Revisão dos Benefícios Tributários Vigentes.....	15
Comunicação.....	15
Comunicação Institucional.....	15
Saúde.....	15
Administração.....	15

<i>Logística e Infraestrutura</i>	16
<i>Tecnologia da Informação</i>	16
<i>Assistência à Saúde</i>	17
<i>Hospital Universitário</i>	18
<i>Polos Regionais com maior capacidade de atendimento</i>	18
<i>Ações Preventivas</i>	18
<i>Saúde Animal</i>	18
<i>Educação e Esporte</i>	18
<i>Tecnologia e Informação</i>	18
<i>Requalificação e Capacitação de Gestores</i>	18
<i>Programa de Valorização e Qualificação de Professores</i>	19
<i>Colégios Cívico Militares</i>	19
<i>Ensino Técnico</i>	19
<i>Educação no Campo</i>	19
<i>Jogos Estaduais do Rio Grande do Norte - JERN</i>	19
<i>Esporte de Alto Rendimento</i>	19
<i>Contraturno e uso das instalações escolares pela comunidade</i>	20
<i>Instituições de Ensino Mantidas com Recursos Públicos Estaduais</i>	20
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	20
<i>Cheque Educação</i>	20
<i>Segurança Pública</i>	20
<i>Monitoramento Eletrônico</i>	20
<i>Monitoramento das Ações Policiais</i>	20
<i>Modernização de Equipamentos</i>	21
<i>Combate ao Crime Organizado</i>	21
<i>Modernização da Infraestrutura de Segurança Pública</i>	21
<i>Modernização Institucional</i>	21
<i>Defensoria Pública em Favor da Segurança Pública</i>	21
<i>Administração Penitenciária</i>	21
<i>Interiorização do Sistema Penitenciário</i>	21
<i>Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNDASE</i>	21
<i>Cidadania e Bem-Estar Social</i>	22
<i>Segurança Alimentar</i>	22
<i>Centrais de Atendimento ao Cidadão</i>	22
<i>Habitação</i>	22
<i>Infância e Juventude</i>	22
<i>Mulheres</i>	22
<i>Idosos</i>	23
<i>Pessoa com deficiência</i>	23
<i>Minorias</i>	23
<i>Alternativas para a Economia do Crime</i>	23
<i>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	23
<i>Atração de Investimentos</i>	23
<i>Central Unificada de Atendimento à Pessoa Jurídica</i>	23
<i>Indústria</i>	24
<i>Petróleo e Gás</i>	24
<i>Comércio e Serviços</i>	24

<i>Tecnologia e Inovação</i>	<i>24</i>
<i>Turismo e Cultura.....</i>	<i>25</i>
<i>Turismo.....</i>	<i>25</i>
<i>Cultura.....</i>	<i>26</i>
<i>Abastecimento e Desenvolvimento Rural.....</i>	<i>27</i>
<i>Setor Agropecuário</i>	<i>27</i>
<i>Pesca.....</i>	<i>27</i>
<i>Arranjos Produtivos Locais.....</i>	<i>27</i>
<i>Agricultura familiar.....</i>	<i>27</i>
<i>Infraestrutura.....</i>	<i>27</i>
<i>Telecomunicações.....</i>	<i>27</i>
<i>Aeroportos.....</i>	<i>28</i>
<i>Portos.....</i>	<i>28</i>
<i>Ferrovias.....</i>	<i>28</i>
<i>Infraestrutura Rodoviária.....</i>	<i>28</i>
<i>Infraestrutura Ciclovária</i>	<i>28</i>
<i>Coleta de Resíduos</i>	<i>28</i>
<i>Água e Esgoto.....</i>	<i>28</i>
<i>Meio Ambiente e Recursos Hídricos</i>	<i>29</i>
<i>Defesa do Conjunto Arquitetônico e Natural do RN.....</i>	<i>29</i>
<i>Licenças Ambientais.....</i>	<i>29</i>
<i>Vigilância e Controle.....</i>	<i>29</i>
<i>Capacitação para o Manejo de Água</i>	<i>29</i>
<i>Poços e Dessalinização.....</i>	<i>29</i>
<i>Barragens Estaduais.....</i>	<i>29</i>
<i>Energias Alternativas.....</i>	<i>29</i>

Considerações iniciais

Aqueles que me conhecem e ou me acompanham, seja na minha vida profissional, como policial militar, seja na vida política, como senador, sabem que busco ser eficiente no que faço. Trabalho muito, de forma séria e comprometida, zelando pela ordem pública e pela sociedade acima de tudo.

Minha história mostra minha dedicação em tornar realidade os anseios da população do Rio Grande do Norte, que clama, desesperadamente, por segurança, saúde, educação - clama por dignidade. Não estou aqui para prometer mais do mesmo. Estou aqui para me comprometer, mais uma vez, em dar o melhor de mim.

Em 2016, ainda na PMRN, quando recebi o comando do patrulhamento da zona oeste de Natal, só o que se via era crime e violência. Passei a acreditar que a educação é a forma mais eficiente de combater o crime, nossa maior e mais eficaz arma; a escola estadual Maria Ilka de Moura era constantemente furtada, invadida, depredada e condenada a fechar; a evasão era imensa. Com posto de comando vizinho à escola, pude sentir o drama que o abandono do poder público causa na vida das pessoas; é devastador.

A princípio, nenhum Policial Militar concordou, não havia subsídio salarial, apenas um aumento de trabalho – a ideia era trabalharmos nas folgas. Aos pais e professores não restou muita opção, apenas confiar no Jovem Capitão.

Foram cinquenta e seis dias do início da reforma para a verdadeira mudança. Comecei a ministrar palestras em troca de materiais de construção, até como auxiliar de pedreiro me aventurei – o trabalho era intenso, nas folgas, depois do expediente, não havia descanso; aos poucos, minha insistência, persistência e resiliência começaram a atrair os incrédulos policiais militares e pais, juntos persistimos e reconstruímos aquele lugar, e assim a dignidade. Demos início à reconstrução da esperança.

O resultado é por todos conhecido, e em menos de um ano, as turmas estavam lotadas, assim como hoje, a fila de espera por uma vaga é bem considerável. Unimos a escola, a família e a comunidade, mudando a história daquelas crianças. No final, reconstruída foi a esperança.

Nunca tive planos de ser político, mas em 2018 entendi a força transformadora que os esforços conjuntos de agentes públicos e sociedade podem produzir, e decidi aceitar a vontade de um movimento popular que pedia minha candidatura a um cargo eletivo. Em minha primeira e única disputa, fui eleito senador da república com 745.827 votos; sem usar tempo de TV e fundo eleitoral, por isso cheguei a ser ridicularizado, desconsiderado pelos demais concorrentes, mas vontade e a força do povo é soberana; meu único compromisso, minha única conversa, continua sendo unicamente com o mesmo, com o povo do Rio Grande do Norte.

Em quatro anos destinei mais de 130 milhões de reais em recursos para o Estado, principalmente para saúde, educação e segurança pública; o mandato já conta com 455 proposições legislativas sobre temas relevantes para a sociedade. Na gestão dos recursos que me foram confiados, a economia já ultrapassa os 6 milhões. Mais importante do que isso, no entanto, é que toda e qualquer votação que participei, cada centavo que enviei, cada proposta que apresentei foi depois de ouvir a população. É dela isso tudo, meu, apenas o dever de bem representar. Cobrei, cobro e irei continuar cobrando de forma insistente e persistente, transparência e verdade, são marcas do mandato, são marcas do meu caráter.

Tolerância zero à corrupção e respeito ao dinheiro público; não roubar e combater a roubalheira, serão marcas efetivas da gestão.

Quando assumi o mandato, ainda em 2019, disse que iria trabalhar pelo Brasil e pela população norte-rio-grandense. Falei que os eleitores que acreditaram em mim podiam confiar, pois devolveria toda a representatividade com muito trabalho. Hoje, posso afirmar que o fiz e, acrescento ainda, que priorizei a moralidade, a transparência, o combate à corrupção, o respeito e o zelo pelo bem público; não mudei meus hábitos, e continuo tendo valores e princípios inegociáveis. Sigo com força e honra.

Agora, no ano de 2022, sou novamente convocado pela população norte-rio-grandense a disputar um cargo eletivo: o governo do Estado do Rio Grande do Norte. Minhas condições continuam as mesmas, acordo e conversa somente com o povo, e é isso que exijo e exigirei de todos que estão ao meu lado.

Estou preparado para esta nova missão, muitos são os objetivos a serem alcançados, mas promessa só tenho uma a lhes fazer: “me mantereí íntegro, do começo ao fim.”

Não vote em mim quem não queira mudança, decência, transparência, retidão no Rio Grande do Norte. Somente um ser tem o poder e a força para impedir a limpeza que eu vou realizar em representação a todos vocês, no nosso Estado: Deus.

Como disse, este documento não traz promessas, descreve objetivos; não será mais um plano de governo vazio, com propostas que sempre foram feitas, mas jamais colocadas em prática. Coragem e força para implementar cada um dos objetivos a seguir, já provei que tenho. É um documento que apresenta medidas duras, mas necessárias, com cortes de gastos da administração em todos os Poderes. O dinheiro público será destinado à melhoria da vida das pessoas, e não a privilégios ou interesses de poucos. É saber onde vai o dinheiro, quanto se arrecada e onde se gasta. Administrar e distribuir o recurso de forma inteligente. Aqui, trarei o que dá para fazer e o que não dá.

Para finalizar, tenham a certeza de que, como governador, pela primeira vez, a voz, de fato, será a de vocês.

Capitão Styvenson

Objetivos

O maior objetivo desse plano de governo é devolver ao Estado do Rio Grande do Norte a capacidade de investimento, por meio da redução de despesas desnecessárias e eliminação de privilégios inaceitáveis que o povo não pode e não quer mais pagar. Além disso, vai-se buscar o aumento das receitas públicas por meio do desenvolvimento econômico e da atração de investidores privados. Os ativos do Estado, que hoje não trazem benefícios para a população, serão utilizados para acelerar ainda mais a implantação das políticas públicas previstas neste plano.

O desafio que se enfrenta em um novo governo é profissionalizar e reduzir o peso da máquina pública; reduzir custos; trazer eficiência ao Estado e melhorar os serviços prestados ao cidadão; oferecer infraestrutura para o fortalecimento da educação, da saúde e da segurança pública, com foco no desenvolvimento socioeconômico sem se perder a noção da realidade dos Municípios e regiões que formam o Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte tem muito potencial para o desenvolvimento do setor produtivo nas mais diversas áreas. Mineração, produção agropecuária, pesca, potencial energético e de irrigação, potencial industrial e, principalmente, potenciais turísticos incomparáveis. Tudo isso traz grandes impactos positivos no desenvolvimento regional, atendendo e ampliando o consumo interno e tornando possível a exportação de excedentes no âmbito nacional e internacional.

Promover capacitação e requalificação dos servidores e da população, para que possam exercer suas atividades com excelência, implantar as redes de cidades, mobilidade e desenvolvimento urbano, adotar programa estadual de moradia digna e infraestrutura de irrigação para usos múltiplos, melhorar sistema de transportes urbanos e de logística, portos e aeroportos, além de universalizar o acesso a recursos hídricos e energia, de forma sustentável.

Este documento aponta caminhos para transformar a realidade do Rio Grande do Norte e melhorar a vida das pessoas.

Otimização da Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa do Rio Grande do Norte é marcada pela duplicação de esforços da gestão. Frequentemente são encontradas mais de uma Secretaria e órgãos da administração indireta com atribuições equivalentes, senão idênticas, tornando a estrutura onerosa e ineficaz. Ademais, atribuições que deveriam estar sob o comando de uma única Pasta, muitas vezes estão dispersas, o que dificulta a consecução de metas de resultados da administração pública.

Por isso, o presente plano traz em seu escopo proposta de reestruturação das Secretarias, com a redistribuição de suas competências, visando melhor eficiência e redução de custos. Ao final, o Rio Grande do Norte ficará com uma estrutura austera com apenas 14 Secretarias de Estado, mais a Casa Civil e a Procuradoria-Geral do Estado.

Se buscou dar maior caráter de coordenação e relações institucionais à Casa Civil, que abará as competências de relações institucionais de outros órgãos do governo.

A transparência do gasto público, a disponibilização ostensiva e ativa de dados e informações do governo, o controle do gasto público, a ouvidoria, a fiscalização dos contratos etc., passarão a ser desempenhados no âmbito de uma estrutura no nível de Secretaria de Estado.

O planejamento deve ser apartado das finanças, porquanto as atividades de planejamento e financeiras exijam características absolutamente diversas de seus titulares, com objetivos, muitas das vezes, antagônicos. Mais salutar para o Estado é que sejam capitaneados por titulares diferentes, ao contrário do que hoje acontece. Assim, as atividades relativas a finanças e tributação passariam à competência da Secretaria de Fazenda e as relativas a planejamento, orçamento, administração pública, gestão de projetos e metas de governo, passariam para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

As páginas oficiais na internet são carentes de informações importantes, ; os pontos turísticos não estão suficientemente mapeados e descritos de maneira a estimular e facilitar o acesso, ; os serviços públicos essenciais não estão apresentados para a sociedade etc. Assim, será necessário grande esforço para colocar o governo do Rio Grande do Norte na palma das mãos dos cidadãos. Dentro dessa linha, se propõe a criação de uma Secretaria de Comunicação, capaz de fazer frente a esse desafio.

O Turismo é um grande desafio, sendo o principal agente de desenvolvimento econômico do nosso estado. Nosso plano busca valorizar e profissionalizar o turismo ao máximo e não poderíamos deixar de compreender que as atividades culturais são fundamentais nessa tarefa. Assim, propomos a transferência das atividades relativas à cultura para a Secretaria de Turismo e Cultura. Não se perderá de vista, todavia, os programas e ações voltados à formação cultural de nossas crianças nas escolas.

A educação é política pública de primeira grandeza. É por meio dela que se pode mudar a realidade de toda a sociedade. Ela demanda, além disso, muito esforço orçamentário, de recursos humanos, de planejamento, de capacitação etc. de maneira que é bom que a Pasta que cuida de educação seja, tanto quanto possível, especializada.

No entanto, o esporte é política pública, quando estimulada em contraturno e com a participação de pais e alunos, capaz de gerar a integração da comunidade e evitar a evasão escolar. Ademais, os jogos escolares, base para o esporte de competição, são baseados no ambiente escolar. Assim, optou-se por criar uma Secretaria que cuide simultaneamente das duas políticas: a Secretaria de Educação e Esporte.

A estrutura administrativa deve ser leve, econômica e, tanto quanto possível, guardar compatibilidade entre suas atribuições. Assim, se propõe a união das atribuições relativas a

segurança pública e justiça no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária.

Os pobres e todos aqueles que integram minorias que merecem a proteção especial do Estado serão atendidos, não em uma estrutura menor do Estado, mas em uma Secretaria superlativa, que vai cuidar das ações sociais e da assistência social. São políticas públicas que, para alcançarem seus objetivos finalísticos devem estar interligadas umas às outras de maneira intrínseca e melhor que estejam sob o comando de uma só Pasta. Assim, se propõe a criação da Secretaria da Cidadania e do Bem-Estar Social.

Se propõe, ainda, a incorporação de atribuições relativas à atração de investimentos, desburocratização do ambiente de negócios, geração de emprego e renda, que tem estreita relação com desenvolvimento econômico, à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

As atividades relativas à agricultura, seja ela industrial ou familiar, bem como pecuária, pesca, desenvolvimento rural e afins, serão, todas, centralizadas na Secretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de maneira a conferir maior eficiência e economicidade à estrutura administrativa.

A Secretaria de Gestão do Território, Habitação e Mobilidade agrega as atribuições relativas à gestão dos espaços com o olhar de integração social, habitação, transporte, equipamentos públicos, com o objetivo de viabilizar a qualidade de vida das pessoas, a distribuição da produção, sempre com o viés de modernidade.

As demais Secretarias, como as de Saúde, Infraestrutura e Serviços Públicos, além de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, guardam paralelismo com as estruturas hoje existentes no seu nível mais agregado, embora seja proposta a revisão de suas estruturas internas, o que está fora do escopo deste plano.

A estrutura deste plano segue a divisão de competência e atribuições que se pretende dar ao novo governo. Assim, as propostas são divididas conforme venham a ser implementadas pelas novas Secretarias e não pela atual estrutura.

Governadoria

Central de Compras

Centralizar os processos licitatórios do Estado em uma central de compras governamentais capaz de conferir maior controle, profissionalismo e qualidade nas compras e nos gastos públicos, priorizando produtores locais, com o objetivo de melhorar condições de negociação, reduzir custos e afastar a ocorrência de desvios.

Governo Itinerante

Determinar a visita constante de membros do primeiro escalão do governo a todos os municípios do Estado durante a vigência do mandato, como objetivo de ouvir as sugestões, críticas e demandas da população, que serão substrato para a elaboração das leis orçamentárias, de diretrizes orçamentárias e dos planos plurianuais.

Aplicação do Teto Constitucional

Tomar as providências necessárias para a observância do pagamento remuneratório dentro do teto constitucional, adotando medidas de auditoria na folha de pagamento e revisão da legislação vigente, bem como de propositura de alteração legislativa, caso necessário, com a finalidade de acabar com privilégios e manter os gastos públicos sob controle.

Retorno de Servidores Cedidos

Revogar os atos de cessão de todos os servidores que se encontram fora de seus órgãos de origem, para os quais fizeram concurso, sem prejuízo das situações respaldadas por lei, de maneira a reforçar as equipes finalísticas dos órgãos da administração direta e proporcionar a melhora na prestação do serviço público para a população.

Ouvidoria

Viabilizar a instalação de uma estrutura de ouvidoria que possa, de forma rápida e desburocratizada, preservada a privacidade do cidadão, receber e sistematizar as críticas, reclamações, sugestões e elogios da população, dando a cada um deles tratamento adequado e sistematizado, com prazo determinado para resposta, aumentando, assim, a percepção de respeito com o cidadão.

Alterações Legislativas

Submeter à aprovação da Assembleia Legislativa proposta de mudança na Constituição Nortério-grandense e na legislação estadual, no sentido viabilizar alterações necessárias na estrutura administrativa e nas normas que tratam das relações trabalhistas entre o Estado e os servidores públicos, à luz dos princípios da eficiência, da moralidade e da responsabilidade fiscal, observando-se a Constituição Federal e as decisões do Supremo Tribunal Federal.

Disciplinar, por meio de alteração legislativa, a utilização de bens públicos pela iniciativa privada, de maneira que a gestão de equipamentos turísticos possa ser legalmente repassadas para entes privados, tendo como meta o aumento de receita para o Estado e a ampliação e aprimoramento dos bens e serviços destinados aos cidadãos.

Elaborar projeto normativo com proposta de criação as carreiras de gestão pública, para assegurar maior eficiência nos processos administrativos e nas contratações públicas, observados os princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

Ampliar, por lei, as possibilidades de parcerias do Estado com os Municípios na prestação de serviços públicos e no exercício dos poderes de fiscalização e controle que a lei confere ao Poder Público, com o objetivo de se criar instrumentos jurídicos adequados para a formação de consórcios públicos, assim como para a reestruturação da Região Metropolitana do Natal e a instituição de Microrregiões que viabilizem a melhor gestão associada de funções de interesse comum ao Estado e aos Municípios.

Além das alterações legislativas elencadas, será necessário propor alterações para a promoção da desestatização de ativos do governo, para a criação de um plano de carreira dos servidores públicos, para a alteração da estrutura administrativa do Poder Executivo e para a propositura de uma reforma da previdência, todos explicados em item próprio deste plano.

Casa Civil

Captação de Projetos

Identificar programas e projetos oferecidos pela União e representações diplomáticas que possam estar em consonância com as demandas da população potiguar e que disponibilizem os recursos necessários para a sua consecução, e coordenar a apresentação de emendas federais para o alcance de resultados no âmbito do governo estadual, de maneira a garantir a compatibilização desses recursos com o orçamento estadual, de maneira a maximizar a disponibilidade de recursos para a execução das políticas públicas do Estado.

Coordenação Política

Promover diálogo contínuo e ativo do governo acerca dos projetos necessários à mudança pretendida, com orientação permanente e estrutura de assessoria parlamentar capaz de promover o nivelamento das informações dentro da estrutura de governo, bem como acompanhar as propostas legislativas em tramitação na Assembleia Legislativa, bem como outras pautas de interesse político para o governo que tramitem em outras instâncias.

Modernização das Leis

Adotar as medidas necessárias para a realização de cuidadosa avaliação das leis que ancoram o funcionamento da máquina pública no seu todo, desde a estrutura administrativa, até a execução dos orçamentos, passando pelo contingenciamento dos recursos e observância dos tetos remuneratórios, com o foco em proporcionar a modernização administrativa e a melhoria da prestação dos serviços públicos para a população.

Integração com outros Entes da Federação

Estreitar as relações com outros entes da federação, em especial no âmbito dos Conselhos Nacionais de Secretários de Estado das Pastas pertinentes, de maneira a viabilizar o intercâmbio de experiências exitosas que possam ser objeto de acordos de cooperação técnica com nosso Estado, com o objetivo de buscar inovação na administração pública e melhora nos resultados da gestão.

Procuradoria-Geral do Estado

Reforma da PGE

Propor a reforma constitucional e legislativa da Procuradoria-Geral do Estado para adequá-la, por simetria, ao modelo da Advocacia-Geral da União, com o objetivo de dar maior racionalidade ao assessoramento jurídico prestado ao governador e evitar duplicidade no posicionamento em processos.

Segurança Jurídica

Adotar as medidas necessárias para que a PGE se reestruture conforme a nova organização da Administração Pública, colocando-se efetivamente à disposição dos Secretários e dirigentes das autarquias e fundações públicas na tomada de decisões, zelando de forma incisiva e eficiente para a uniformização da jurisprudência administrativa e para a garantia de segurança jurídica na gestão pública.

Subordinação dos Chefes das Assessorias Jurídicas das Pastas

Adotar as medidas cabíveis para que a PGE assuma a posição de ascendência sobre as chefias das assessorias jurídicas das Pastas, orientando-as e conduzindo-as nas atividades inerentes ao seu funcionamento cotidiano.

Transparência e Controle Interno

Programa de Integridade

Institucionalizar programa de integridade capaz de assegurar que dirigentes, servidores e demais colaboradores da organização atuem segundo os valores, princípios éticos e padrões para cumprimento de sua missão, observada a conveniência de elaboração de lei estadual anticorrupção que trate da responsabilidade administrativa das pessoas jurídicas por atos ilícitos, dentro dos limites da legalidade, da eficiência e da moralidade administrativa.

Portal de Transparência

Adotar as medidas necessárias para que todas as informações relativas a receitas e despesas públicas sejam disponibilizadas no Portal da Transparência do Rio Grande do Norte, bem como outras informações relevantes para a gestão, colocadas de maneira que permita a navegação simples e direta pelo cidadão comum, viabilizando, ainda, o acesso às bases de dados integrais da elaboração e execução dos orçamentos públicos, de maneira a garantir a transparência ativa no seu mais alto nível.

Lei de Acesso à Informação

Revisar o Manual de Acesso à Informação, de maneira a, de um lado, proporcionar informações cada vez mais completas proativamente no Portal de Transparência do Estado e nos sítios de cada Pasta e, de outro lado, garantir o acesso rápido e eficiente às informações demandadas pelos cidadãos, e aprimorar a normatização relativa às atribuições dos servidores públicos no que diz respeito ao atendimento das demandas provenientes da transparência passiva, na qual os cidadãos demandam o que não puderam encontrar nos sítios do Estado, com o objetivo de garantir o acesso a todas as informações públicas do Estado.

Fiscalização de contratos

Criar estrutura administrativa especializada em acompanhamento de execução de contratos públicos, com conhecimento de legislação correlata e administração financeira e orçamentária, de maneira a acompanhar e orientar, no órgão central de fiscalização e controle, os gestores de contratos e, nos órgãos setoriais, exercer a fiscalização da execução, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços e evitar desvios e garantir a legalidade na execução dos contratos.

Fiscalização e Controle

Propor mudanças legislativas para disciplinar a responsabilidade administrativa das pessoas jurídicas por atos ilícitos contra a Administração Pública do Estado, regulamentar o controle das contratações públicas do Estado, bem como instituir dinâmicas de prevenção e investigação da prática de crimes e atos de improbidade administrativa, mediante a ação concertada da Secretaria de Transparência e Controle, da Polícia Civil e da Procuradoria Geral do Estado.

Planejamento, Orçamento e Gestão

Realocação do Centro Administrativo Estadual

Adotar as medidas necessárias para a seleção de área urbana adequada, abertura de processo de concurso de projetos, parceria público-privada e outras etapas necessárias para a instalação de um novo Centro Administrativo, buscando o desenvolvimento de áreas periféricas da capital e a destinação do atual imóvel, muito valorizado, em benefício de toda a sociedade.

Desestatização

Propor alteração na legislação estadual e agir para disciplinar a utilização de ativos públicos, tendo em vista a geração de receita para o Estado e a ampliação dos serviços disponibilizados aos cidadãos, com o cuidado de identificar os que devem permanecer integrados ao patrimônio público, ou pela melhora da prestação de serviços à população, ou pela necessidade de reduzir as despesas de custeio.

Escritório de Projetos

Dotar o Estado de capacidade na elaboração e gerenciamento de projetos, trazendo visão estratégica das macropolíticas, definindo e monitorando as prioridades de curto, médio e longo prazo, mapeando e acompanhar macroprocessos críticos e promover sua internalização na estrutura administrativa, de forma a buscar resultados concretos por meio da integração dos setores envolvidos e da viabilização de busca de recursos.

Plano de Carreira

Elaborar uma proposta de plano de carreiras a ser submetida à aprovação da Assembleia Legislativa que cria carreira de gestão pública, bem como padronizar as tabelas remuneratórias do Estado, de acordo com a complexidade das atividades exercidas e a sua importância relativa para o poder público, levando em consideração o limite da receita corrente líquida, de maneira a aumentar a capacidade de gestão do governo e a manter os gastos com pessoal sob controle.

Metas de Resultado

Estabelecer metas de resultados a serem combinadas entre o Chefe do Poder Executivo e seus Secretários por meio de contrato de gestão no qual sejam fixadas, de um lado, as metas a serem alcançadas e, de outro lado, os recursos humanos e materiais necessários para a consecução desses resultados, de forma a dar maior profissionalismo à gestão pública e proporcionar a melhora da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Crítérios para Cargos em Comissão e Função de Confiança

Estabelecer, em diploma legal, critérios impessoais de escolaridade, experiência profissional, probidade e outros que se apliquem a cada um dos cargos em comissão e funções de confiança da administração do Estado do Rio Grande do Norte, preservados os cargos de natureza política, com o objetivo de garantir a adequação profissional dos servidores ocupantes desses cargos, bem como de colaborar com a consecução dos resultados a serem pactuados nos contratos de gestão.

Limites Quantitativos para Servidores Comissionados

Estabelecer, em norma legislativa, critérios de quantitativos máximos, fixados em termos percentuais dos servidores efetivos, distribuídos por unidade orçamentária ou outra classificação institucional mais adequada em menor nível, para a criação de vagas de cargos comissionados, de maneira a se evitar a se garantir a observância ao princípio da impessoalidade e o respeito ao instituto do concurso público.

Reforma Estrutura Administrativa

Revisar a legislação vigente de maneira a reestruturar as Secretarias, com a redistribuição de suas competências, visando melhor eficiência e redução de custos. Ao final, o Rio Grande do Norte ficará com uma estrutura austera com cerca de quinze Secretarias de Estado, mais Casa Civil e Procuradoria-Geral do Estado, com o objetivo de dar maior racionalidade às atividades administrativas, com eliminação de duplicidades, redução de custos e aproximação de ações pertinentes.

Reforma da Previdência

Propor a revisão do regime próprio de previdência dos servidores públicos do Estado à Constituição Federal, buscando a efetiva implantação da previdência complementar, sem prejuízo dos direitos dos segurados, com o objetivo de buscar o equilíbrio atuarial da previdência social e abrir espaço para novos investimentos que irão beneficiar toda a população.

Governo Digital

Adotar medidas no sentido de simplificar a relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis, com a disponibilização em plataforma única do acesso aos serviços públicos, inclusive por atendimento virtual ou por guichês eletrônicos, garantindo a oferta de serviço público de qualidade, com economia de tempo e redução de custos.

Central de Monitoramento

Criar uma central de monitoramento, voltada ao apoio de decisões estratégicas em governança, na qual haverá a recepção de sinais, dados e informações de um ou mais sistemas eletrônicos existentes, com o objetivo de garantir mais segurança e qualidade de vida à população, além de proteger recursos e patrimônio.

Rede Privativa de Serviços Públicos

Implantar rede de dados de alta velocidade, de uso privativo do governo estadual, com pontos de acesso em todas as unidades da administração pública direta, indireta, autarquias e empresas públicas, com o objetivo de viabilizar a melhoria da troca de informações e a integração da gestão pública.

Fazenda

Responsabilidade Fiscal

Adotar política austera de responsabilidade fiscal, com sistema de projeções de receitas atrelado à arrecadação tributária do Estado, de maneira a viabilizar melhor controle do equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do ano, com o objetivo de viabilizar a execução das políticas públicas no maior percentual possível, sem o descumprimento das metas fiscais fixadas.

Revisão dos Benefícios Tributários Vigentes

Promover a revisão dos benefícios tributários vigentes com base em critérios impessoais de interesse público que levem em consideração o eventual impacto econômico e social e outros aspectos relevantes.

Comunicação

Comunicação Institucional

Aprimorar a divulgação de informações institucionais relativas à estrutura administrativa, serviços prestados, ações de governo, implantação de políticas públicas e outras informações relevantes para o cidadão nos sítios do governo na rede mundial de computadores, de maneira padronizada e de fácil compreensão.

Saúde

A Secretaria de Saúde é uma das Secretarias que consomem o maior orçamento do Estado. É importante que as soluções para déficit orçamentário e financeiro sejam encontradas dentro das suas próprias despesas. Assim, medidas de redução de gastos e aumento de receitas são importantes para viabilizar o reequilíbrio da Pasta.

As despesas com pessoal são as maiores da Saúde. Assim, a melhoria da gestão desse importante insumo pode gerar economia relevante, que poderá ser destinada ao reabastecimento da rede. Da mesma forma, o desperdício de medicamentos, insumos e materiais hospitalares, frequentemente perdidos por perda na data de validade ou desviados por falta de controle, se foram melhor armazenados e mediante programa de dispensação individual e o faturamento dos serviços prestados também promovem, de um lado, importantíssima economia e, de outro lado, relevante aumento de receitas.

Administração

Dimensionamento dos Recursos Humanos

Promover a edição de manual de dimensionamento da força de trabalho da SES-RN, em conformidade com as normativas atualizadas do Ministério da Saúde, bem como a adoção de sistema informatizado que disponibilize informações sobre as demandas em cada unidade hospitalar, de maneira que seja possível a definição do número ideal de profissionais necessários para cada escala de trabalho e, desse modo, se possa gerir os recursos humanos com eficiência e economia de acordo com as reais necessidades de serviço.

Aumento do Faturamento da Saúde

Criar grupo de trabalho com o objetivo de promover a habilitação e homologação de todos os serviços disponibilizados pela Secretaria de Saúde, bem como de fazer os faturamentos necessários junto ao Ministério da Saúde, de maneira a garantir o recebimento de recursos

do governo federal pelos serviços prestados, com a finalidade de viabilizar o equilíbrio orçamentário da Secretaria.

Regulação

Implantar Sistema de Regulação unificado para todas as demandas existentes, conciliando com a oferta de serviços e sua distribuição para atendimento oportuno, unificar a regulação em um único sistema informatizado compatível com o sistema de gestão hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde e expandir o sistema de regulação para as atividades ambulatoriais e exames ou procedimentos, de maneira a evitar a ociosidade de serviços, de um lado, e excesso de demanda, de outro lado, bem como aumentar eficiência do sistema e a certeza e confiança no atendimento para os pacientes.

Logística e Infraestrutura

Armazenagem de Medicamentos, Insumos e Materiais Hospitalares

Promover o armazenamento dos medicamentos, insumos e materiais hospitalares de forma adequada, por meio da adoção de técnicas modernas relativas a armazenagem, rastreamento, transporte e entrega, de maneira a evitar perdas e desperdícios e, desse modo, reduzir custos com aquisição desses produtos.

Dispensação Individual de Medicamentos

Adotar as medidas necessárias para viabilizar a dispensação individual de medicamentos em todas as unidades de saúde do Estado, evitando, desse modo, perdas e desperdícios, tendo por objetivos, de um lado, a redução de custos na aquisição desses produtos e, de outro lado, o cálculo do valor despendido com cada paciente, informação importante para a boa gestão dos recursos públicos.

Tecnologia da Informação

Informações Gerenciais

Prover a Secretaria de Saúde de informações gerenciais abundantes acerca de todas as etapas de operação, do registro da escala de trabalho, à dispensação de medicamentos, passando pelas demandas da população, de maneira a dotar o gestor de informações relevantes para a tomada de decisões e a melhoria do sistema de Saúde, disponibilizando tabelas, gráficos e projeções ostensivamente em local de fácil acesso e visualização ao alcance de todos, em apreço ao princípio da transparência.

Marcação de Consulta e Exames

Implantar sistema informatizado, integrado com os demais sistemas de governo, para marcação de consultas e exames por meio de aplicativo de celular, de maneira a aumentar o conforto das pessoas e buscando viabilizar o pronto atendimento em região próxima de sua residência.

Teleconsultas

Implantar sistema informatizado que, após a marcação da consulta, seja capaz de encaminhar o paciente para uma consulta feita por meio remoto, ampliando a capacidade do Estado de assistência em saúde, com qualidade e conforto para o cidadão.

Prontuário Eletrônico

Viabilizar a implantação de sistema de prontuário eletrônico capaz de registrar em um único local todo o histórico de saúde do cidadão, de maneira que os profissionais de saúde sejam capazes de acessar, em um só local, informações sobre prescrições e resultados de exames anteriores, possibilitando atendimento e diagnósticos mais rápidos e precisos, além de viabilizar ações preventivas de saúde.

Digitalização de Exames de Imagem

Adotar as providências necessárias para a adoção de equipamentos de exames de imagem digitalizados, bem como para a interligação em rede desses equipamentos, para que esses exames sejam todos digitalizados e, posteriormente, encaminhados para laudagem e inseridos em prontuário eletrônico.

Central de Laudagem

Após a implantação da etapa de digitalização de exames de imagem, implantar uma central de laudagem na qual especialistas em cada tipo de exame farão a análise de exames realizados e retornam resultados e diagnósticos aos profissionais de saúde que estarão nas unidades de saúde de maneira a viabilizar a laudagem por profissionais especializadas e, ao mesmo tempo, redução de custos.

Assistência à Saúde

Ampliação da Disponibilidade de Leitos Hospitalares

Viabilizar a ampliação da disponibilidade de leitos nos hospitais já existentes por meio de medidas que promovam a desocupação por pacientes crônicos e a liberação de leitos bloqueados, através da implantação e ampliação dos serviços de atenção em casa, da regularização de contratos de manutenção, do dimensionamento de recursos humanos, do fortalecimento da engenharia clínica, bem como da disponibilização do atendimento por meio de teleconsultas, de maneira a viabilizar maior capacidade de assistência e reduzir o trânsito de ambulâncias com pacientes entre os hospitais.

Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas

Elaborar novos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) específicas para o Rio Grande do Norte, de acordo com a realidade e necessidade local, fazer a revisão dos existentes e adotar, na falta de protocolos específicos, o PCDT do Ministério da Saúde, evitando atendimentos sem padronização ou desatualizados e o mau uso e desperdício de medicamentos, insumos e materiais hospitalares, bem como dificultando, pela sua adoção, a judicialização desnecessária da saúde.

Padronização de Medicamentos, Insumos e Materiais Hospitalares

Criar grupos de trabalho interdisciplinar, com as diversas especialidades médicas, para apresentar proposta de padronização de medicamentos, insumos e materiais hospitalares de acordo com os novos protocolos clínicos estabelecidos, de forma a evitar a aquisição desses produtos de maneira incompatível com as reais necessidades da população.

Hospital DIA

Implantar um Hospital Dia em cada região de saúde para que a população possa ter atendimento contínuo de procedimentos não emergenciais, mas que exigem profissionais

habilitados, de maneira a afastar tais atendimentos das UPAs e das emergências dos hospitais, dando maior qualidade no atendimento e conforto para os pacientes.

Hospital Universitário

Articular com as instâncias federais e adotar junto à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte as medidas necessárias para transformar o Hospital Regional Tarcísio Maia, não obstante as tratativas já iniciadas com o Hospital da Mulher, em hospital universitário, com o objetivo de que a unidade sirva de campo para a prática de atividades de ensino na área da saúde, que seja capaz de formar bons profissionais e que a população tenha oferta de assistência médica mais ampla, célere e com mais qualidade.

Polos Regionais com maior capacidade de atendimento

Promover consórcio intermunicipal de saúde pública de maneira a potencializar um hospital dentro de cada região de saúde, com o objetivo de racionalizar a assistência e reduzir custos.

Ações Preventivas

Adotar programas integrados a outras Pastas do governo, voltados à segurança alimentar, saúde bucal, práticas esportivas e outras atividades voltados a promover a saúde do cidadão e reduzir a necessidade de atendimento médico hospitalar.

Saúde Animal

Viabilizar o atendimento médico veterinário destinado a animais de estimação de cidadãos inscritos em programas sociais, contribuindo para a redução da população de animais em situação de rua, bem como para doenças nos animais e para o controle de zoonoses.

Educação e Esporte

Tecnologia e Informação

Buscar acordos de cooperação para que haja a integração da rede estadual de ensino a rede mundial de computadores, a fim de possibilitar a implantação do sistema de gestão educacional estadual, bem como promover programa de aquisição de livros ou material didático por meio digitais, gerando atrativo tecnológico para o aluno e reduzindo o investimento em material no médio prazo, e ampliar a disponibilidade das salas de informática e cursos extracurriculares de base tecnológica, voltados a introdução de novas tecnologias que potencializem a entrada de jovens no mercado de trabalho.

Requalificação e Capacitação de Gestores

Realizar o treinamento e a capacitação dos servidores que possam vir a assumir os cargos de supervisão e chefia, com foco na legislação aplicada aos serviços de educação e de pessoal,

promover a orientação desses gestores no que diz respeito às normas internas da secretaria de educação, sua estrutura e hierarquia a fim de propiciar melhor fluxo documental e sua celeridade, e melhorar os sistemas e o modelo vigente para a escolha de diretores e coordenadores.

Programa de Valorização e Qualificação de Professores

Promover requalificação do corpo docente estadual com o objetivo de valorizar o professor como vetor na interação necessária para transformar as unidades educacionais em unidades de convivência e de referência comunitária.

Colégios Cívico Militares

Adoção de, pelo menos, uma escola do modelo cívico militar em cada diretoria de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Norte, como espaço indutor de formação de cidadãos conscientes, participativos e responsáveis, com valores e princípios sólidos e preparação do aluno para os estudos superiores e para o mercado de trabalho.

Ensino Técnico

Oferecer cursos para trabalhadores jovens e adultos, rurais e urbanos, independentemente de escolaridade, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional, alinhados com as demandas setoriais e ou vocações econômicas regionais, agregando o investimento em educação profissional e tecnológica, como elemento estratégico para a construção da formação de mão de obra qualificada que sirva de base para as profissões do futuro.

Educação no Campo

Contemplar, no currículo escolar, as características e os saberes inerentes a cada localidade, objetivando o respeito às diferenças étnicas, sociais e culturais, adaptando-o ao ciclo agrícola regional, proporcionando a união entre a teoria e a prática, além da participação coletiva de alunos, professores e familiares.

Jogos Estaduais do Rio Grande do Norte - JERN

Retomar as atividades dos jogos como elemento preponderante da vida escolar. Estimular a importância das atividades esportivas no currículo escolar, dando destaque social aos resultados obtidos. Maximizar a relevância dos alunos que se destacam nas atividades propostas e incentivá-los, por meio da valorização de suas conquistas.

Esporte de Alto Rendimento

Adotar medidas de incentivo e apoio ao atleta de alto rendimento, sempre com base na meritocracia esportiva, viabilizando sob diversos aspectos a sua dedicação aos treinamentos e a participação dos torneios, orientando e dando condições para que o atleta possa alcançar o seu máximo potencial.

Contraturno e uso das instalações escolares pela comunidade

Criação e implementação de programas de capacitação profissional e geração de renda, de atividades esportivas e extracurriculares de interesse dos jovens e familiares, promovendo o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao espaço que abriga a escola, vinculadas ao rendimento escolar, diminuindo a evasão e trabalhando integralmente em favor da redução da criminalidade, além de propiciar ações estratégicas de interesse do Estado.

Instituições de Ensino Mantidas com Recursos Públicos Estaduais

Envolver as instituições de ensino, em especial a UERN, no processo de produção de informações de qualidade com o objetivo de auxiliar no processo decisório do governo, bem como na gestão pública de órgãos da administração indireta.

Pesquisa e Desenvolvimento

Desenvolver um plano de disseminação de pesquisas, de interesse estratégico do Estado, de modo que os achados científicos possam promover sua incorporação e uso pela sociedade.

Cheque Educação

Dar suporte financeiro aos alunos que demonstrarem resultados de rendimento nos estudos, mediante avaliação do cumprimento de requisitos estabelecidos, possibilitando a entrada e manutenção destes estudantes em escolas particulares, cadastradas junto a Secretaria de Educação do Governo do Estado, e que ofereça número de vagas previamente cadastradas e que tenham mensalidade compatível com o valor do programa.

Segurança Pública

Monitoramento Eletrônico

Consolidar o Centro de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública como a sala de situação primária do executivo estadual, integrando a essa unidade representantes de outras Pastas que possam colaborar para que as políticas de segurança desempenhem papel preventivo.

Propor adequação da legislação, visando parceria entre as forças de segurança, sociedade civil e instituições representativas do setor produtivo, para liberação das imagens e integração das câmeras de monitoramento privadas e investir em equipamentos de sensoriamento e monitoramento, consolidando a coleta dos dados no Centro de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública.

Monitoramento das Ações Policiais

Implantar o monitoramento das ações policiais por meio de registro de vídeo interligado ao Centro de Comando e Controle, de maneira a dar maior segurança acerca dos fatos efetivamente ocorridos relativamente aos bons policiais.

Modernização de Equipamentos

Promover a modernização das forças de segurança, por meio da aquisição de equipamentos tecnológicos de ponta voltados o combate ao crime, bem como capacitar as forças policiais no uso de novas tecnologias.

Combate ao Crime Organizado

Priorizar o combate à criminalidade com a prevenção e severa repressão de crimes cometidos por organizações criminosas, especialmente quando tais organizações envolverem em suas atividades ilícitas, crianças e adolescentes.

Modernização da Infraestrutura de Segurança Pública

Promover um amplo programa de reestruturação das instalações utilizadas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil do Rio Grande do Norte, adequando-as às necessidades atuais, inclusive as tecnológicas, com foco em dar melhores condições de trabalho e valorizar o serviço policial.

Modernização Institucional

Reestruturar os Batalhões da Polícia Militar e as Delegacias de Polícia Civil de forma congruente com a organização das varas do Poder Judiciário com competência jurisdicional penal e promover programas de integração com forças policiais de outras unidades da federação ou até mesmo de outras nações, com o objetivo de atualizar e modernizar os serviços de segurança pública.

Defensoria Pública em Favor da Segurança Pública

Propor de projeto de lei que coloque a Defensoria Pública à disposição de servidores públicos estaduais da segurança pública que respondam processos judiciais penais motivados pela sua atuação na prevenção ou repressão de crimes.

Administração Penitenciária

Interiorização do Sistema Penitenciário

Interiorizar e ampliar o sistema penitenciário do Rio Grande do Norte com o objetivo de proporcionar o melhor cumprimento da legislação que disciplina a execução penal.

Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNDASE

Reestruturar a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) no sentido de se dar rigor e efetividade na aplicação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cidadania e Bem-Estar Social

Segurança Alimentar

Revisar os contratos atuais do Restaurante Popular, com o objetivo de torná-los mais adequados às necessidades da população, rever as condições de gratuidade dos programas, a fim de combater injustiças e ampliar o programa, de maneira a alcançar uma parcela maior da população carente.

Promover estudo técnico voltado a integrar as unidades escolares como base do programa Restaurante Popular, proporcionando redução de despesas com aluguéis e infraestrutura, além resultar em melhora da qualidade da alimentação escolar.

Priorizar compras de insumos para a alimentação de produtores locais, estimulando a ampliação de emprego e renda nas comunidades produtoras.

Centrais de Atendimento ao Cidadão

Aumentar a quantidade de centrais de atendimento ao cidadão e ampliar os serviços ofertados, revisar o treinamento dos servidores, focando o atendimento na satisfação do cidadão, na gestão de qualidade e na busca de resultados, com o objetivo de implementar uma política de serviço público orientado ao cidadão.

Habitação

Adotar medidas para a definição e legalização de áreas, bem como construção de equipamentos públicos, com o objetivo de oferecer à sociedade alternativas de moradia digna e promover segurança habitacional, por meio da ampliação do programa Pró-Moradia, de maneira a evitar a implantação de loteamentos irregulares e a grilagem de terra.

Infância e Juventude

Criar programa que objetive o desenvolvimento integral para crianças e jovens, principalmente em situação de vulnerabilidade social, oferecendo ações socioeducativas que proporcionem a redução da desigualdade e exclusão social, a redução do índice de gravidez na adolescência, a diminuição da evasão e repetência escolar, além da redução da delinquência juvenil e dos índices de violência, através de atividades que promovam e desenvolvam habilidades individuais por meio de abordagem individual, coletiva e comunitária.

Mulheres

Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da equidade nas relações de trabalho, do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

Ampliar o acesso das mulheres à terra, moradia, educação, bem como a inclusão na agricultura familiar e arranjos produtivos, com o objetivo de garantir a independência da mulher por meio da expansão do acesso a bens e serviços.

Idosos

Promover ações voltadas à vida saudável, ambientes sadios, prevenção de doenças e aprimoramento de tecnologias de assistência, com a inclusão de cuidados e serviços de saúde mental, atividades sociais e esportivas que podem minimizar ao longo do tempo os níveis de incapacidades relacionadas à velhice.

Estimular a utilização de mão de obra de idosos com o objetivo de integração social e de aproveitamento das experiências acumuladas.

Pessoa com deficiência

Promover a saúde básica e especializada da Pessoa com Deficiência, valorizar a educação inclusiva, melhorando a infraestrutura e o currículo escolar nas questões relativas ao tema, incluir e promover a adequação de acessibilidade arquitetônica, urbanística plena e de transporte em seus diferentes modais, bem como apoiar e capacitar a população com deficiência, para ampliação do mercado de trabalho e no empreendedorismo.

Minorias

Promover a universalização do acesso das minorias a políticas públicas que promovam o acesso a todos os seus direitos fundamentais com o objetivo de atingir patamar de serviços onde não exista distinção com os demais grupos de cidadãos.

Alternativas para a Economia do Crime

Desenvolver programa governamental multissetorial com apresentação de alternativas e soluções para gerar emprego e renda para aqueles que têm propensões estatísticas ou riscos sociais relativos à indústria do crime.

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Atração de Investimentos

Implementar políticas de promoção de investimentos e competitividade, bem como adaptar as capacidades de fomento e financiamento, com o objetivo de dar segurança aos investimentos e fontes de recursos privados que tenham alinhamento estratégico com as diretrizes socioeconômicas e ambientais do Estado.

Desburocratizar o ambiente de negócios, apontar soluções para transformar o Estado em modelo na atração de empresas e empreendimentos nacionais e estrangeiros, alinhado com a vocação produtiva regional.

Central Unificada de Atendimento à Pessoa Jurídica

Implantar unidade especializada em atendimento às demandas e necessidades das pessoas jurídicas, em espaço único e centralizado, que garanta a celeridade, eficiência e qualidade no

atendimento às demandas dos empreendedores, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e a melhoria do ambiente de negócios, por meio da prestação de serviços como a abertura, alteração e baixa, declaração de renda, emissão de DAS/DARF, emissão de parcelamento de débitos de impostos, orientação para solicitação de viabilidade e licenciamento de atividades econômicas, orientação sobre linhas de crédito e microcrédito oferecidas por programas estaduais, orientação e acompanhamento, pelo CBMRN, relativo aos processos de licenciamento para segurança contra incêndio e pânico, nota fiscal eletrônica e outros.

Indústria

Criar um plano de estímulos à Indústria de Transformação apoiados por políticas de pesquisa e desenvolvimento, com foco em interesses estratégicos estaduais.

Estimular a indústria da construção civil, grande geradora de empregos, por meio de desburocratização na obtenção de licenças estaduais.

Rever as políticas de incentivo tributário vigentes, com foco em adequá-las para que sejam indutores de desenvolvimento socioeconômico ambiental.

Estimular os parques industriais secundários, que se caracterizam como cadeia de suprimentos demandados pelo atual parque industrial e pela implementação de parques tecnológicos.

Petróleo e Gás

Estimular o uso dos recursos oriundos do petróleo e gás para transformar as matrizes energéticas, promovendo uma transição equilibrada para matrizes de energia não poluente.

Elaborar política que viabilize descarbonizar as operações de petróleo e gás, com foco na mitigação do impacto ecológico na produção.

Ampliar programa de incentivos já existente da Potigás de modo estender os benefícios a restaurantes, bares, hotéis e similares de maneira a reduzir seus custos fixos.

Comércio e Serviços

Estimular o empreendedorismo local e regional por meio de capacitação dos micro e pequenos empreendedores, da concessão de microcrédito aos empreendedores capacitados e inclusão de soluções tecnológicas para o alcance de metas administrativas e de mercado, de maneira a promover a geração de emprego, renda e maior circulação financeira, com consequente aumento da arrecadação tributária.

Tecnologia e Inovação

Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de empreendimentos na área de tecnologia e inovação, por meio de concessão de incentivos fiscais para a abertura e manutenção de novas empresas, disponibilização, pela iniciativa privada e no contraturno das escolas públicas, de cursos voltados à tecnologia da informação, de priorização de contratação, pelo Estado, de serviços prestados por empresas locais de tecnologia e inovação, de forma a trazer importante seguimento para a economia norte riograndense.

Turismo

Infraestrutura Turística

Garantir infraestrutura adequada de saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações nas cidades destino, inclusive por meio da priorização de recursos destinados aos municípios turísticos, de maneira a melhorar a percepção de conforto e bem-estar dos turistas, bem como viabilizar a ampliação da estrutura turística disponível, com hotéis, restaurantes, bares etc.

Divulgação do Turismo e Cultura

Promover o investimento em marketing para divulgar as principais atrações turístico-culturais do Estado como destino turístico no Brasil e no Exterior, aliada à qualificação do capital humano de maneira a viabilizar a propaganda da infraestrutura disponível, com o objetivo de permitir que turistas nacionais e internacionais conheçam as atrações turísticas e consigam planejar suas viagens facilmente, inclusive pela internet.

Segurança Turística

Promover a segurança dos turistas que visitam o Estado, por meio da capacitação e do aumento de efetivo policial nas regiões de interesse turístico de maneira a aumentar a sensação de segurança e melhorar o acolhimento do turista em caso de ocorrência policial.

Sazonalidade Turística

Criar programas que identifiquem e promovam o desenvolvimento de atrativos turísticos capazes de reduzir o efeito da sazonalidade do turismo baseado em atrações que dependam do clima, de maneira a dar alternativas ao turista e aumentar o faturamento do setor ao longo de todo o ano.

Gestão das Atrações Turísticas

Contratar serviço com funcionamento em horário e hospitalidade adequados à recepção de turistas nas atrações do Estado, de maneira a garantir o acesso a eventos cujos horários de ocorrência são incompatíveis com o turno de trabalho da administração pública, bem como proporcionar a melhor experiência ao visitante.

Serviço ao Turismo

Oferecer aos visitantes dos polos turísticos do Estado, infraestrutura de orientação e atendimento turístico, de serviços de saúde e segurança destinados ao turista, bem como serviços relativos à mobilidade dos visitantes, com profissionais habilitados em diversos idiomas, além de uma estrutura dedicada aos principais pontos de cada região.

Segmentos do Turismo

Incentivar a criação de atrações turísticas em todos os segmentos, tais como, turismo histórico, religioso, marítimo, gastronômico e cultural, dentre outros, de maneira a estimular o crescimento do setor, gerar emprego e renda, bem como

Formação profissional para o Turismo

Promover capacitação profissional, buscando, preferencialmente, parcerias com o sistema S e com o setor privado, voltada a atender as demandas do segmento, com o objetivo de gerar emprego e renda e mitigar as carências para empregabilidade nos mais diversos segmentos vinculados ao turismo.

Cultura

Patrimônio Histórico Cultural

Promover a conservação e manutenção do patrimônio histórico do Rio Grande do Norte, com o objetivo de preservar as riquezas culturais geradoras do turismo, pilar fundamental da geração de empregos e renda no Estado.

Articular junto a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte a oferta de curso voltado às áreas de museologia e de estudos relativos ao patrimônio histórico estadual.

Isenção tributária para beneficiar a Cultura

Promover o desenvolvimento dos setores da Cultura, por meio da oferta de benefícios fiscais direcionados ao setor cultural, de acordo com as vocações locais e potencial identificados.

Fundo Estadual de Cultura

Garantir os repasses financeiros previstos em lei, destinados ao Fundo Estadual de Cultura, de maneira a fomentar a produção artístico-cultural potiguar, relacionada com atividades de artes cênicas, plásticas, gráficas, audiovisuais, de literatura, música e dança, artesanato, folclore, patrimônio, arquivologia, museologia e documentação, além de patrimônio histórico e arquitetônico.

Formação Cultural Voltada ao Turismo

Estimular o desenvolvimento de cursos voltados às atividades culturais predominantes do Estado, com o objetivo de formar mão de obra qualificada que possa interagir com a indústria do turismo e que potencialize as atividades comerciais integradas, capazes de gerar mais oportunidades de emprego e renda.

Economia Criativa

Promover os setores criativos que utilizam a diversidade cultural como matéria prima de suas atividades e que são capazes de movimentar a economia circular local, bem como gerar emprego e renda.

Viabilizar linhas de microcrédito para fomento, com o objetivo de propiciar novas produções e viabilizar a expansão das atividades comerciais da economia criativa.

Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Setor Agropecuário

Viabilizar a expansão do potencial agropecuário, por meio de apresentação de soluções existentes no mercado, bem como do estímulo à utilização e promoção do acesso a recursos financeiros reembolsáveis para sua aquisição, de maneira a induzir o aprimoramento das práticas relativas à produção, transporte, armazenamento, irrigação, beneficiamento, transformação da produção, logística e outras etapas da produção agropecuária.

Pesca

Capacitar mão de obra operadora, melhorar a regulamentação e fiscalização do setor e promover políticas que fomentem o desenvolvimento da pesca com a adoção de tecnologia e a promoção de iniciativas que busquem ganhos correspondentes à indústria de transformação, de maneira que os diversos atores do setor agreguem valor comercial a seus produtos.

Arranjos Produtivos Locais

Capacitar e desenvolver programas voltados a investimentos na implantação e aperfeiçoamento da infraestrutura urbana, de apoio à produção, de logística e de energia, de maneira a proporcionar o aumento da capacidade de produção para os arranjos produtivos locais, bem como estimular a indústria da transformação relativa aos produtos extrativistas.

Agricultura familiar

Promover a capacitação e apresentar tecnologias sociais para ampliar a produção, a fim de tornar o segmento menos vulnerável aos fatores climáticos e diversificando a produção, hoje basicamente voltada a produtos de subsistência.

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo, além de programas de estímulo às compras locais e a criação de centrais de comercialização da agricultura familiar, a fim de atender os empreendimentos regionais como a cadeia turística.

Consolidar a política de reforma agrária, promovendo a regularização e ofertando assistência técnica aos assentamentos rurais existentes.

Infraestrutura

Telecomunicações

Promover revisão legislativa e estimular a iniciativa privada na implantação de antenas suficientes para atender a demanda estadual, com o objetivo de estimular a inclusão digital da população e consequentemente prover acesso à rede mundial de computadores, às facilidades oriundas da evolução tecnológica e aos serviços de governo digital.

Aeroportos

Promover políticas públicas no sentido de ampliar a utilização dos equipamentos aeroportuários do Estado como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico regional, de maneira a atrair investimentos privados que fomentem as cadeias produtivas agregadas às atividades aeronáuticas.

Articular ações que visem a desburocratização e a redução de custos da operação dos aeroportos como forma de estimular pousos e decolagens, aumentando o fluxo de passageiros, com o objetivo de alavancar o turismo no Estado.

Portos

Articular ações que visem a atração de investimentos privados para a ampliação da capacidade portuária, seja no transporte de cargas, seja relativamente ao transporte de passageiros.

Ferrovias

Articular junto à esfera federal a ampliação dos investimentos no setor ferroviário, ampliando a atual malha de transporte de passageiros urbano e intermunicipal.

Infraestrutura Rodoviária

Recuperar, ampliar e melhorar paulatinamente a malha rodoviária, bem como sua interligação aos demais modais de transporte, com intuito de melhorar a logística de transporte de cargas no Rio Grande do Norte, com consequente redução do custo de transporte e atração de investimentos, bem como com o objetivo de alavancar o setor produtivo, em especial, o turismo.

Infraestrutura Ciclovária

Com o objetivo promover a saúde e o bem-estar, bem como adequar as cidades potiguaras aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, estimular a utilização de bicicletas e outros meios não motorizados como meio de transporte alternativo para a população, disponibilizando segurança e infraestrutura de apoio ao longo dos trajetos, bem como instituindo sistemas de estacionamento em destinos públicos estaduais.

Coleta de Resíduos

Promover políticas de coleta e tratamento de resíduos sólidos, com o objetivo de preservar o meio ambiente e prover condições adequadas de vida à população, alinhados aos princípios de desenvolvimento sustentável da ONU.

Água e Esgoto

Promover ações que objetivem a reestruturação fiscal da CAERN, com redução de despesas e aumento de receitas, inclusive com solução voltada para a eventual mudança do controle da empresa, com a finalidade de diminuir perdas e desperdícios, de ampliar a abrangência da rede, estimulando o consórcio entre municípios.

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Defesa do Conjunto Arquitetônico e Natural do RN

Promover a defesa ambiental, de recursos, reservas naturais do Rio Grande do Norte, bem como estimular a recuperação de sítios degradados, com o objetivo de preservar as riquezas geradoras do turismo, pilares fundamentais da geração de empregos e renda no Estado.

Licenças Ambientais

Regulamentar e priorizar o licenciamento ambiental de empreendimentos, em harmonia com a defesa do meio ambiente, de maneira a desburocratizar o processo e propiciar a necessária segurança jurídica a potenciais investidores e tornar possível a retomada de investimentos que gerem emprego e renda.

Vigilância e Controle

Ampliar o uso de novas tecnologias para o monitoramento ambiental, de maneira a propiciar a proteção e dificultar a degradação de áreas naturais sensíveis ao meio ambiente.

Capacitação para o Manejo de Água

Criar programas educativos com abordagem prática para corretas ações associadas ao solo, bem como ao manejo adequado de resíduos sólidos, além de implantação de programas de proteção e recuperação ambiental das nascentes e bacias hidrográficas, com o objetivo de proteção do meio ambiente e garantia de fornecimento de água para a população.

Poços e Dessalinização

Fomentar a implantação de pequenas estruturas de captação, dessalinização e reserva de água voltada ao abastecimento de comunidades em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de viabilizar o consumo e irrigação da agricultura familiar.

Barragens Estaduais

Promover a elaboração de estudo de segurança das barragens estaduais com o objetivo de realizar levantamento situacional acurado e posterior apresentação de projeto básico para a execução de manutenção, reparos ou adequações necessárias.

Energias Alternativas

Estimular a produção de energia oriunda de matrizes renováveis e a atualização da legislação estadual regulatória sobre o tema, de maneira a tornar o Rio Grande do Norte, no médio prazo, autossuficiente em energia elétrica, bem como capacitar mão de obra destinada a instalação e manutenção de equipamentos e estimular a circulação produtiva da cadeia local.